



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
PRIMEIRA PROCURADORIA**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO  
DISTRITO FEDERAL**

**Processo nº 00600-00001992/2020-76-e**

O **Ministério Público de Contas do DF (MPC/DF)**, no desempenho de sua missão institucional, de defender a ordem jurídica, guardar a Lei e fiscalizar sua execução, fundamentado no texto do art. 85 da Lei Orgânica do Distrito Federal – LODF, do art. 33, inciso I, c/c art. 47 da Lei Complementar n.º 1/1994 – LOTCDF e do art. 286 da Resolução n.º 296/16 – RI/TCDF, vem apresentar o seguinte

**PEDIDO DE REEXAME**

contra os termos o **item II.b da Decisão n.º 5.354/2020**, proferida na Sessão Extraordinária n.º 96, de 9/12/2020, nos autos do **Processo n.º 00600-00001992/2020-76-e**, publicada no DODF nº 16 de **25/1/2021**, p. 38, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
PRIMEIRA PROCURADORIA**

**I - DA ADMISSIBILIDADE E LEGITIMIDADE**

**Ab initio**, registro a **tempestividade** do presente recurso, em consonância com o art. 47, parágrafo único, c/c art. 34 da Lei Complementar nº 1/1994, e com o art. 286 do Regimento Interno desta Corte de Contas, uma vez que a Decisão objurgada foi publicada em 25/1/2021.

Saliento também a **legitimidade** deste **Parquet** especial para requerer a reforma do **Decisum** atacado, nos termos do art. 47, parágrafo único, c/c art. 33 da LC nº 1/1994 e art. 286 do **RI/TCDF**.

**II – DA DECISÃO RECORRIDA**

A irresignação do MPC/DF está relacionada ao quanto deliberado pelo TCDF no item IV da Decisão nº 5.354/2020, que, em síntese, determinou o **sobrestamento** das audiências discriminadas na Matriz de Responsabilização, até o deslinde de ação penal. Além disso, referido **Decisum** não autorizou a oitiva do Secretário de Saúde, que fora sócio de sociedade empresária contratada.

Eis os termos do **Decisum**:

*“IV – sobrestar as audiências discriminadas na Matriz de Responsabilização constante do e-DOC 2A05439E-e, até o deslinde da ação penal que apurará a acusação relacionada com os crimes praticados, conforme o Processo n.º 00060.00106136/2020-61; (...) Parcialmente vencido o Conselheiro RENATO RAINHA, nos termos de sua declaração de voto, elaborada em conformidade com o art. 111 do RI/TCDF.”*

Além disso, não acolheu a pretensão Ministerial para instauração de Processos neste Tribunal para **avaliar a legalidade e economicidade de todas as aquisições de testes para detecção de COVID-19 ocorridas no DF com recursos públicos.**

**III – DOS FATOS**

O Presente processo foi autuado em 25/5/2020 para tratar da Dispensa de Licitação nº 9/2020, aquisição em caráter emergencial de teste rápido para detecção qualitativa específica de IgG e IgM do COVID-19, destinado a atender a demanda da SES/DF, tendo sido sagradas vencedoras a Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda., Goyases Biotecnologia Ltda. e PMH Produtos Medicos Hospitalares Ltda.

O Corpo Técnico produziu a Informação nº 61/2020, evidenciando **indícios de irregularidade**, inclusive que a contratação atinente ao item 1 teria ocorrido em



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRIMEIRA PROCURADORIA**

percentual de 56,45% superior ao preço médio obtido em contratações públicas para o mesmo objeto.

O TCDF proferiu a Decisão 2.748/2020, requerendo informações à jurisdicionada.

Entrementes, o MPC/DF anotou que, em pesquisa, notou-se que a Goyases Biotecnologia Ltda., teve por **sócio** o atual Secretário de Saúde, Sr. Osnei Okumoto, de 2003 a 2008 (Ofício 517/20).

Na sequência, o Corpo Técnico elaborou nova Informação, inclusive relacionando o nome dos responsáveis em Matriz acostada aos autos (Informação nº 96/2020). Ademais, propôs a concessão de medida cautelar “*de modo a determinar à SES/DF que os pagamentos a serem realizados à empresa Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda., por conta da Dispensa de Licitação nº 9/2020 (Processo SEI GDF nº 00060.00106136/2020-61), sejam limitados ao valor unitário de R\$ 73,00 (setenta e três reais)*”.

Enviados os autos ao MPC/DF, foi confeccionado o Parecer 1.006/2020-G1P, de lavra da Procuradora Cláudia Fernanda de O. Pereira, concordando com a cautelar sugerida, além de tecer considerações sobre a impossibilidade de se sobrestar o presente feito, em face da **independência de instâncias**, requerendo, ademais, a autuação de processos em apartado, com vistas à análise da regularidade de todas as aquisições de testes no DF.

Na sessão do dia 9/12/2020, Decisão nº 5.354/2020, o TCDF deferiu a cautelar, no entanto, por maioria, não autorizou a vinda aos autos dos responsáveis e do Sr. Osnei Okumoto e tampouco determinou a autuação de processos requerida pelo MPC/DF.

A Decisão, contudo, não foi unânime. Em seu voto divergente, assim argumentou o i. Cons. Renato Rainha:

*“Em homenagem ao princípio da independência das instâncias e tendo em conta o dever deste Tribunal de cumprir as competências e prerrogativas que lhe são atribuídas pela Constituição Federal, pela Lei Orgânica do Distrito Federal e pela Lei Complementar nº 01/1994, sou pela realização da audiência daqueles relacionados na Matriz de Responsabilização (peça 33) para apresentação de razões de justificativa. Ademais, entendo procedente a proposta do Ministério Público de Contas no sentido de que o atual Secretário de Saúde do DF seja, também, chamado em audiência para se manifestar a respeito da grave matéria versada nestes autos, visto que, conforme o pronunciamento ministerial, “os autos da contratação sob suspeita de gravíssimas irregularidades pode ter iniciado em 15/04/20, enquanto a referida autoridade encontrava-se na SES, e, não, em 16/03/20, quando se ausentou, para presidir a FHB”. Também acompanho o*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRIMEIRA PROCURADORIA**

*Parquet no tocante à autuação de processo em relação a todas as aquisições de testes ocorridas no Distrito Federal, ante os significativos indícios de irregularidades na realização de tais despesas”.*

Na sequência, a fim de melhor esclarecer os fatos, o MPC/DF juntou, por meio do Ofício nº 100/2020-G1P, o Relatório de Auditoria nº 07/2020 - DATCS/COLES/SUBCI/CGDF, que apontou, entre outras, duas irregularidades graves no âmbito da SES/DF, durante o período de 15/7/2020 a 18/8/2020, referentes aos processos de aquisição de testes para detecção do COVID-19. Assim foi sua conclusão:

*“1) A execução do contrato foi regular sob os aspectos quantitativos, qualitativos e de economicidade, atendendo sua finalidade pública e aos interesses institucionais?*

*Os achados de auditoria indicam que a execução dos contratos relacionados **não foi regular**, ocorrendo falhas graves, como restrição à competitividade e seleção de propostas menos vantajosas para a Administração. Ainda que a finalidade pública da aquisição dos testes seja legítima, os processos de contratação foram eivados de irregularidades, muitas delas culminando em prejuízos ao erário.*

*2.2. A entrega, armazenamento e distribuição dos kits de diagnóstico na Farmácia Central/SES, bem como sua entrega e controle de consumo nos Hospitais Regionais e Unidades Básicas de Saúde tem sido regular sob os aspectos quantitativos, qualitativos e de economicidade, atendendo sua finalidade pública e aos interesses institucionais?*

*A análise dos processos sob o viés da entrega, armazenamento e distribuição revelou que **a SES/DF possui muitas fragilidades nessas etapas**, em especial quanto ao controle na quantidade e prazo de entrega pelos fornecedores, onde é comum não ocorrer a aplicação de multa pelo atraso na entrega.*

*É certo que o contexto atual da pandemia da COVID-19 exige do agente público uma maior rapidez e eficiência na tomada de decisões. **Mas de maneira alguma pode o Gestor utilizar-se desse contexto a fim de burlar os procedimentos normativos, considerando-se que os recursos geridos são públicos, e, portanto, devem obedecer aos princípios da Administração Pública**”.* (Grifos acrescidos).

A análise da CGDF tratou, dentre outras<sup>1</sup>, da contratação da GOYAZES BIOTECNOLOGIA LTDA. ME – GBIO E OUTROS (05.658.906/0001-11) para a aquisição de testes rápidos para detecção qualitativa específica de IgG e IgM e antígeno do COVID-19. - Valor Total: R\$ 23.203.509,20, tendo sido apontadas as seguintes irregularidades referentes ao processo nº 00060.00106136/2020-61:

*“2.1.1 – Descumprimento da Portaria CGDF nº 71/2020”;*

*“2.1.4 – Contratação de empresa sem o atendimento a todos os requisitos do Projeto Básico”;*

<sup>1</sup> Apesar de não constar na amostra outras empresas contratadas no Processo nº 00060.00106136/2020-61 além da Goyazes (conforme item 1 do Relatório), verifica-se que o Controle Interno abordou outras contratações, como, por exemplo: empresa PMH, citada no item 2.2.1; e Precisa, no item 2.2.2.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
PRIMEIRA PROCURADORIA**

*"2.1.5 – Sucessivas mudanças no Projeto Básico mesmo após a apresentação das propostas";*

*"2.1.6 – Item do Projeto Básico com restrição à competitividade";*

*"2.1.7 – Aprovação de Projeto Básico anterior a comprovação de existência de dotação orçamentária e estimativa de preços";*

*"2.1.13 – Não prosseguimento de aquisição de objeto sem as devidas justificativas";*

*"2.2.1 – Não atendimento de requisito de embalagem previsto no Projeto Básico";*

*"2.2.2 – Ausência de aplicação de penalidades pela entrega de testes com atraso".*

#### **IV – DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS DO RECURSO**

A irresignação do MPC/DF coincide com os fundamentos lançados no Voto do i. Conselheiro Renato Rainha. Como cedo, quanto à potencial interferência de ação penal nos presentes autos, o ilícito criminal não se confunde com o ilícito administrativo e civil, de modo que um mesmo fato pode ser **apreciado simultaneamente** nas três esferas citadas.

Há, contudo, prevalência do que for decidido na esfera criminal quando certificada a inexistência do fato ou a ausência de autoria, consoante a remansosa jurisprudência do Pretório Excelso, da qual cito os seguintes precedentes: MS nº 21.310, Rel. Min. **Sepúlveda Pertence**, DJ 11/3/1994, MS nº 22.796, Rel. Min. **Marco Aurélio**, DJ 12/2/1999, MS nº 22.534, Rel. Min. **Maurício Corrêa**, DJ 10/9/1999, MS nº 22.899, Rel. Min. **Moreira Alves**, DJ 16/5/2003; MS nº 22.155, Rel. Min. **Celso de Mello**, DJ 24/11/2006 e o MS nº 28.752, Rel.<sup>a</sup> Min.<sup>a</sup> **Carmen Lúcia**, DJe de 19/4/2013.

Pela pertinência, transcrevo abaixo excerto de decisão monocrática proferida pelo em. Min. **Dias Toffoli** no MS nº 30.444, DJe de 22/10/2012:

*“Não há de se falar em precedência da jurisdição sobre os atos do TCU. Trata-se de um truísmo. É notório que atividade do Poder Judiciário sobrepõe-se e pode nulificar os atos do Tribunal de Contas, que é mero órgão auxiliar do Poder Legislativo. Aqui, todavia, o objetivo do autor é sobrestar a eficácia da medida administrativa, que possui autonomia, sob o mero fundamento de que está a discutir o mérito do ato administrativo (a prestação de contas) na Justiça Federal. Se for levada a extremos essa argumentação, a atividade fiscalizatória do TCU restaria absolutamente inviabilizada”.*

Assim, a independência das instâncias merece, no presente caso, acolhida pelo Plenário do TCDF, a fim de que a Corte possa **exercer**, em sua plenitude, o controle externo que lhe é constitucionalmente assegurado.

Ademais, importante ressaltar que o Tribunal determinou o sobrestamento *"até o deslinde da ação penal que apurará a acusação relacionada com os crimes praticados, conforme o Processo n.º 00060.00106136/2020-61"*. Ao que tudo indica, a referência é à Ação Penal oriunda da Operação Falso Negativo do MPDFT (Pje2 nº



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
PRIMEIRA PROCURADORIA**

0728561-26.2020.8.07.0000). Apesar do Processo nº 00060-00106136/2020-61 constar na peça de denúncia do Ministério Público<sup>2</sup>, em consulta às decisões disponíveis dos autos judiciais, verificou-se que tratam das Dispensas de Licitação nºs 16/2020 e 20/2020<sup>3</sup>.

Além disso, consoante destacado em Opinativo Ministerial anterior, **remanesce a necessidade de instauração de Processos nesta Corte para avaliar a legalidade e economicidade de todas as aquisições de testes para detecção de COVID-19 ocorridas no DF com recursos públicos**, exemplificadas no ANEXO I do Parecer nº 1.006/2020-G1P (e-DOC 740C7850).

Ante o exposto, o MPC/DF requer a revisão da Decisão Plenária que determinou o sobrestamento dos autos, autorizando-se a audiência dos responsáveis, inseridos na Matriz de Responsabilização, bem assim a oitiva do atual Secretário, para que se manifeste a respeito dos itens 23 e 24 do Parecer nº 1.006/2020-G1P (e-DOC 740C7850), bem como a instauração de processos consoante destacado no parágrafo anterior.

## **V – DO PEDIDO**

Ante o exposto, este Representante do Ministério Público de Contas requer ao Plenário que:

**I - tome conhecimento** do presente Pedido de Reexame, uma vez cumpridos os requisitos legais para sua admissibilidade;

**II - dê provimento ao apelo** para, reformando a Decisão nº 5.354/2020, **autorizar:**

a. **as audiências dos nominados na Matriz de Responsabilização** (e-DOC 2A05439E-e), bem como do **Sr. Osnei Okumoto**, atual Secretário de Estado de Saúde, para, no prazo de 30 (trinta) dias, **apresentarem suas razões de justificativa acerca dos fatos destacados no citado documento e nos itens 23 e 24 do Parecer nº 1.006/2020-G1P (e-DOC 740C7850), respectivamente;** e

b. a instauração de Processos neste Tribunal para **avaliar a legalidade e economicidade de todas as aquisições de testes para a detecção de COVID-19 ocorridas no DF com recursos públicos**;

<sup>2</sup> [https://www.mpdft.mp.br/portal/pdf/arquivos/DENU%CC%81NCIA\\_Falso\\_Negativo\\_2.pdf](https://www.mpdft.mp.br/portal/pdf/arquivos/DENU%CC%81NCIA_Falso_Negativo_2.pdf)

<sup>3</sup> Vide, ainda, a referência à DL nº 57/2020, vencida pela KNC Medicina Diagnóstica Ltda. (Processo SEI/GDF nº 00060-00254827/2020-70), conforme se observa na Decisão do dia 17/08/2020 17:32:55 do Processo nº 0728561-26.2020.8.07.0000 – TJDF, 2º Grau.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRIMEIRA PROCURADORIA**

III - **autorize** o envio dos autos ao Corpo Técnico para a adoção das medidas de sua alçada.

Brasília, 22 de fevereiro de 2021.

**Marcos Felipe Pinheiro Lima**  
*Procurador em substituição*